LEIS

LEI Nº 10.770, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2001

(Projeto de lei nº 183/97, do deputado Duarte Nogueira - PFL)

Autoriza o Poder Executivo a implantar Campanha de Prevenção de Lesão da Coluna Cervical por Mergulho em Águas Rasas

O VICE-GOVERNADOR, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Secretaria da Saúde autorizada a instituir, em conjunto com os hospitais e faculdades de medicina do Estado e outros setores da área de saúde, a Campanha de Prevenção de Lesão da Coluna Cervical por Mergulho em Águas Rasas.

Artigo 2º - A Campanha tem por finalidade conscientizar as pessoas sobre como se prevenir dos traumas cervicais por mergulhos em águas rasas, através de palestras, divulgação de manuais informativos, rádio, televisão, placas, "outdoors", bem como treinamento de pessoal, informando os banhistas do perigo de mergulhar em águas rasas.

Artigo 3º - A Secretaria da Saúde baixará as normas necessárias à implantação da campanha de que trata esta lei.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de fevereiro de 2001.

GERALDO ALCKMIN FILHO

José da Silva Guedes

Secretário da Saúde

João Caraméz

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 21 de fevereiro de 2001.

LEI Nº 10.771, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2001

(Projeto de lei nº 983/99, do deputado José Rezende - PL)

Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Programa Sorria São Paulo" e dá outras providências

O VICE-GOVERNADOR, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no Estado, o Programa Sorria São Paulo, com o objetivo de informar e orientar a população carente, que não tem acesso a consultórios dentários, sobre hábitos de higiene bucal.

Artigo 2º - O programa de que trata esta lei será realizado por dentistas que percorrerão, em unidades móveis, creches, escolas, entidades assistenciais e bairros carentes de benefícios públicos.

Parágrafo único - As visitas consistirão na distribuição de material necessário à higiene bucal, na orientação de crianças, jovens e adultos sobre hábitos adequados à conservação da dentição e informação sobre a dieta alimentar adequada, entre outras informações que se fizerem necessárias.

Artigo 3º - O Programa Sorria São Paulo poderá ser realizado em convênio com as Prefeituras Municipais.

Artigo 4º - Caberá à Secretaria da Saúde baixar as normas estabelecendo, quando for o caso, as competências estadual e municipal necessárias à realização do Programa Sorria São Paulo.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de fevereiro de 2001.

GERALDO ALCKMIN FILHO

José da Silva Guedes

Secretário da Saúde

João Caraméz

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 21 de fevereiro de 2001.

LEI Nº 10.772, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2001

(Projeto de lei nº 51/2000, da deputada Edna Macedo - PTB)

Dispõe sobre reabertura do prazo a que se refere o artigo 6º da Lei nº 9527, de 24 de abril de 1997

O VICE-GOVERNADOR, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - O prazo a que se refere o artigo 6º da Lei nº 9527, de 24 de abril de 1997, fica reaberto por mais 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de fevereiro de 2001.

GERALDO ALCKMIN FILHO

José da Silva Guedes

Secretário da Saúde

João Caraméz

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 21 de fevereiro de 2001.

DECRETOS

DECRETO Nº 45.679, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2001

Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, em favor do Município de Botucatu, do imóvel que especifica

GERALDO ALCKMIN FILHO, Vice-Governador, no Exercício do Cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e por prazo indeterminado, em favor do Município de Botucatu, de imóvel situado à Rua Rosa Maria Camargo Basseto, nº 214, Jardim Flamboyant, naquele Município.

Parágrafo único - O imóvel deverá ser utilizado pela Escola de Educação Fundamental e Educação Infantil - EMEFEI - do Jardim Flamboyant.

Artigo 2º - A permissão de uso será formalizada por termo a ser lavrado na Procuradoria Regional de Sorocaba - Sub Procuradoria de Botucatu, da Procuradoria Geral do Estado, do qual constarão as cláusulas e condições impostas pela permitente.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de fevereiro de 2001

GERALDO ALCKMIN FILHO

Hubert Alqueires

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente

da Secretaria da Educação

João Caraméz

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 22 de fevereiro de 2001.

DECRETO Nº 45.680, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2001

Prorroga o prazo de intervenção do Estado na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu

GERALDO ALCKMIN FILHO, Vice-Governador, no Exercício do Cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando que a Secretaria da Saúde vem mantendo tratativas junto a mesa diretora da Santa Casa de Itu para a devolução do Hospital à Irmandade,

Decreta:

Artigo 1º - Fica prorrogado, por mais 6 (seis) meses, o prazo de intervenção do Estado na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, com a manutenção do atual interventor, Dr. Nelson Paulo Andreazza Silveira.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de fevereiro de 2001

GERALDO ALCKMIN FILHO

José da Silva Guedes

Secretário da Saúde

João Caraméz

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 21 de fevereiro de 2001.

DECRETO Nº 45.681, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2001

Dispõe sobre a prorrogação da intervenção do Estado no Hospital Conceição Imaculada, mantido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sumaré

GERALDO ALCKMIN FILHO, Vice-Governador, no Exercício do Cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando que vários serviços prestados pelo Hospital Conceição Imaculada não foram transferidos para o Hospital Estadual de Sumaré;

considerando que essa transição ainda demanda um período de adaptação e a necessidade da supervisão do atual interventor do Hospital Conceição Imaculada no processo de organização do novo Hospital,

Decreta:

Artigo 1º - Fica prorrogado por mais 6 (seis) meses o prazo de intervenção do Estado no Hospital Conceição Imaculada, mantido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sumaré.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2001.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de fevereiro de 2001

GERALDO ALCKMIN FILHO

José da Silva Guedes

Secretário da Saúde

João Caraméz

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 21 de fevereiro de 2001.

ATOS DO GOVERNADOR

DESPACHO DO VICE-GOVERNADOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO, DE 21-2-2001

No processo SEPS-38.782-80, sobre pedido de pensão especial: "A vista dos elementos de instrução dos autos, destacando-se os relatórios CER-32-14-2000 e 1-2001 da Comissão Especial da Revolução Constitucionalista de 1932 e o parecer CJ/SGGE 138-2000, acolhidos pelo Secretário do Governo e Gestão Estratégica, defiro o pedido de pensão especial formulado pela viúva Isaura Costacurta de Aguiar, RG 14.020.698, com fundamento no inc. II, do art. 57, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado c.c. a Lei 1.890-78 e alterações posteriores."

CASA CIVIL

Secretário: JOÃO CARLOS CARAMEZ
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900
Fone: 3745-3344

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Secretário, de 21-2-2001

No processo DGP-14.877-99-SSP, sobre afastamento: "A vista dos elementos de instrução constantes dos autos e tendo presentes os termos do parecer 174-2001, da AJG, indefiro o pedido de afastamento do servidor Décio Couto Clemente, RG 4.852.640, formulado pelo Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de São Paulo na Região de Santos, pelo não preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 3º, I, letras a, b, c e e, do Dec. 31.170-90."

GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Secretário: ANTONIO ANGARITA
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900
Fone: 3745-3344

GABINETE DO SECRETÁRIO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Extratos de Termos de Aditamentos

Processo: GG-780-97 - Contrato: 13-97 - Parecer Jurídico: CJ/SGGE 19-2001 - Contratante: Secretaria do Governo e Gestão Estratégica - Contratada: Gazeta Mercantil Participações Ltda. - Objeto: Alteração da Unidade Gestora Executora, passando da Unidade Gestora Executora: 28.01.01- Gabinete do Secretário, para Unidade Gestora Executora: 28.01.02 - Departamento de Administração - Vigên-

cia: A vigência do presente termo será a partir de 1º-1-2001 - Data da assinatura: Em 31-1-2001.

Processo: GG-780-97 - Contrato: 14-97 - Parecer Jurídico: CJ/SGGE 19-2001 - Contratante: Secretaria do Governo e Gestão Estratégica - Contratada: Broadcast Teleinformática Ltda. - Objeto: Alteração da Unidade Gestora Executora, passando da Unidade Gestora Executora: 28.01.01- Gabinete do Secretário, para Unidade Gestora Executora: 28.01.02 - Departamento de Administração - Vigência: A vigência do presente termo será a partir de 1º-1-2001 - Data da assinatura: Em 31-1-2001.

Processo: 268-99 - Contrato: 4-99 - Parecer Jurídico: CJ/SGGE 20-2001 - Contratante: Secretaria do Governo e Gestão Estratégica - Contratada: Teletrim Telecomunicações S/A - Objeto: Alteração da Unidade Gestora Executora, passando da Unidade Gestora Executora: 28.01.01- Gabinete do Secretário, para Unidade Gestora Executora: 28.01.02 - Departamento de Administração - Vigência: A vigência do presente termo será a partir de 1º-1-2001 - Data da assinatura: Em 31-1-2001.

Extrato de Termo de Contrato

Processo: GG-1375-2000 - Contrato: 2-2001 - Parecer Jurídico: CJ/SGGE 378-2000 - Contratante: Secretaria do Governo e Gestão Estratégica - Contratada: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp - Objeto: Prestação de serviços de informática, abrangendo os serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas, processamento de dados, tratamento de informações, microfilmagem, treinamento e outros serviços - Vigência: A vigência do presente contrato, será de 24 meses contados a partir de 1º-3-2001 - Valor total: R\$ 1.895.421,33 - Valor por exercício - R\$ 727.766,70 para o exercício de 2001; R\$ 989.038,79 para o exercício de 2002; R\$ 178.615,84 para o exercício de 2003 - Classificação de recursos: 349039-11 - Data da assinatura: Em 21-2-2001 - Modalidade de licitação: Dispensa de licitação.

CASA MILITAR

Despacho do Diretor, de 21-2-2001

Extrato de Termo de Convênio - Reti-Ratificação Processo GG-430-96 - Convênio Casa Militar X Cesp
1. Retifico a publicação constante do D.O. de 20-11-98, referente ao processo GG-430-96, conforme segue: Assinatura do termo de convênio: 27-8-98. Vigência: 27-8-98 a 31-12-98.
2. Ratifico o restante do texto publicado, como constou.

Despacho do Ordenador de Pagamento, de 21-2-2001

Acolhendo a justificativa das autoridades competentes, responsáveis pela unidade de despesa mencionada, que demonstrou a satisfação do requisito de relevante razão de interesse público, de que trata a parte final do art. 5º do Estatuto das Licitações, LF 8.666-93, na redação consolidada determinada pela LF 8.883-94, para justificar o pagamento, independentemente da ordem cronológica da respectiva exigibilidade, de cada uma das despesas, já efetuadas após regular contratação, a seguir indicadas.

a) Pagamentos imprescindíveis ao bom andamento do serviço público na Secretaria do Governo e Gestão Estratégica.

UGO 280013 - Unidade Gestora Orçamentária
UGF 280003 - Unidade Gestora Financeira
UGE 280106 - Unidade Gestora Executora

Vencimento	Número da PD	Valor
21-2-2001	2001PD00188	1.000,00
21-2-2001	2001PD00184	2.500,00
21-2-2001	2001PD00186	2.500,00
21-2-2001	2001PD00187	2.500,00
21-2-2001	2001PD00185	10.000,00
TOTAL		18.500,00

FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

Despacho do Diretor Executivo, de 16-2-2001

Processo: 84/2001 - Projeto: PROFAE - Ministério da Saúde - Código: 500-1222 - Ratifico a inexigibilidade de licitação, fundamentada no parecer da Assessoria Jurídica que acolho, para a contratação da consultora Alice Martins Gomes para prestação de serviços profissionais técnicos especializados, nos termos do inciso II artigo 25, combinando com o artigo 13 inciso III da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e legislação posterior modificativa.

Extrato de Contrato

Processo: 615/00 - Contrato: 615/00 - Parecer Jurídico: 063/2000 - Contratante: Fundação do Desenvolvimento Administrativo - Contratada: Maria Cecília Ziliotto - Objeto: prestação de serviços técnicos ao projeto: Programa Alimenta São Paulo - Vigência: 01 mês a partir de assinatura - Valor Glo-

Diário Oficial
Estado de São Paulo
EXECUTIVO SEÇÃO I
Gerente de Redação - Cláudio Amaral
REDAÇÃO
Rua João Antonio de Oliveira, 152
CEP 03111-010 - São Paulo
Telefone 6099-9800 - Fax 6099-9706
<http://www.imprensaoficial.com.br>
e-mail: imprensaoficial@imprensaoficial.com.br

ASSINATURAS - (11) 6099-9421 e 6099-9626
PUBLICIDADE LEGAL - (11) 6099-9420 e 6099-9435
VENDA AVULSA - EXEMPLAR DO DIA: R\$ 2,38 - EXEMPLAR ATRASADO: R\$ 4,80
FILIAIS - CAPITAL
• JUNTA COMERCIAL - (11) 3825-6101 - Fax (11) 3825-6573 - Rua Barra Funda, 836 - Rampa
• POUPATEMPO/SÉ - (11) 3117-7020 - Fax (11) 3117-7019 - Pça do Carmo, snº
FILIAIS - INTERIOR
• ARAÇATUBA - Fone/Fax (18) 623-0310 - Rua Antonio João, 130
• BAURU - Fone/Fax (14) 227-0954 - Pça. das Cerejeiras, 4-44
• CAMPINAS - Fone (19) 3236-5354 - Fone/Fax (19) 3236-4707 - Rua Irmã Serafina, 97 - Bosque
• MARÍLIA - Fone/Fax (14) 422-3784 - Av. Rio Branco, 803
• PRESIDENTE PRUDENTE - Fone/Fax (18) 221-3128 - Av. Manoel Goulart, 2.109
• RIBEIRÃO PRETO - Fone/Fax (16) 610-2045 - Av. 9 de Julho, 378
• SANTOS - Fone/Fax (13) 3234-2071 - Av. Conselheiro Nébias, 368A - 4º andar - salas 411
• SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Fone/Fax (17) 234-3868 - Rua Machado de Assis, 224 - Santa Cruz
• SOROCABA - Fone/Fax (15) 233-7798 - Rua 7 de Setembro, 287 - 5º andar - Sala 51

IMPRENSA OFICIAL
SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE
DIRETOR-PRESIDENTE
Sérgio Kobayashi
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
Carlos Conde
DIRETORES
Industrial: Carlos Nicolaewsky
Financeiro e Administrativo: Richard Vainberg
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
C.G.C. 48.066.047/0001-84
Inscr. Estadual - 109.675.410.118
Sede e Administração
Rua da Mooca, 1.921 - CEP 03103-902 - SP
(PABX) 6099-9800 - Fax (11) 6692-3503